

# Cresce total de trabalhadores sem ter a carteira assinada

Entre os assalariados, 45% não têm vínculo empregatício

MIRO NUNES

O número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu de 19% para 25% nos últimos sobre o total ocupado nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com dados oficiais. Mesmo com este indicador, economistas acharam arriscado prever que daqui a 10 anos este contingente se transforme na grande maioria ocupada no País.

Um grupo, representado por Marcelo Néri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), crê na influência da flexibilização das relações de trabalho no crescimento ou não deste quadro. Defende medidas que apontam no sentido da desregulamentação.

Outro segmento, integrado por Marcio Pochmann da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em São Paulo, afirma que desregular a relação trabalhista, ao contrário, agrava ainda mais a situação gerada pela falta de registro formal, que deixa o trabalhador sem direitos e desprotegido.

## Flexibilização das relações

O ritmo de crescimento da tendência do trabalho sem carteira assinada no Brasil dependerá da flexibilização das relações de trabalho, a ser discutida com mais ênfase a partir deste ano, observou Néri.

Tudo dependerá, para ele, de como serão realizadas as mudanças defendidas pelo Governo. Disse ainda que o incremento ou a redução da quantidade de trabalhadores sem carteira estará vinculado a este fato.

Entre 1989 e 1998, lembrou Néri, a participação dos trabalhadores sem registro formal passou de 19% do total da mão de obra ocupada no País para 25%, conforme os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base em estudo feito nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Néri atribui este incremento às mudanças na legislação trabalhista introduzidas



Marcelo Néri: tudo dependerá das mudanças

pela Constituição de 1988, que desestimulou a contratação do empregado com carteira assinada.

—As alterações criaram uma série de encargos trabalhistas que aumentaram os custos para as empresas. Isto provocou a migração de parte dos trabalhadores com registro para uma situação de estarem sem a carteira assinada, disse Néri.

## Contrato temporário

Este argumento foi rechaçado por Pochmann ao destacar o aumento do desemprego nos últimos anos, apesar das 20 medidas já tomadas pelo Governo no sentido de desregulamentar as relações de trabalho e com isso influir na redução dos índices divulgados mensalmente pelo IBGE.

Entre as iniciativas de flexibilização, Pochmann citou o contrato temporário de trabalho, a abertura do comércio aos domingos, as cooperativas de trabalho e a redução de encargos sociais dos pequenos empresários que aderiram ao sistema simplificado de arrecadação tributária federal, mais conhecido como Simples.

—A própria realidade desmente a eficácia da flexibilização proposta pelo Gover-

no. O aumento da informalidade começou em 1990, junto com a recessão. Nesta década perdemos parte da produção nacional e do emprego privado. Este modelo de flexibilização do mercado de trabalho foi adotado na Espanha, que tem 18% d. sua força de trabalho desempregada, o maior índice na Europa, disse.

Dentro do universo da População Economicamente Ativa (Pea), há 52% de assalariados e deste total, 45% é formado por um grupo que não tem carteira assinada, disse o economista.

—A tendência é de fato de crescimento do número de pessoas sem carteira assinada no mercado de trabalho, embora seja arriscado prever o ritmo em que ela se dará, observou.

## Década perdida

Pochmann lembrou que em 1980 o Brasil tinha 23 milhões de trabalhadores assalariados com registro formal e em 1989 alcançou 25,5 milhões com carteira assinada, conforme dados do Ministério do Trabalho. Apesar de ser considerada uma década "perdida", foi registrado este crescimento.

A mesma fonte indicou que em 1998 este número foi reduzido para 22,7 milhões, ou seja, 2,8 milhões a menos nos últimos nove anos. Isto significa que foi perdido o ganho de 2,5 milhões e ainda outros 300 mil trabalhadores deixaram de ter as suas carteiras assinadas.

Além da queda do emprego formal, foi observada a redução relativa no total da ocupação, que deixou de representar 50,6% em 1980 passando para 30,3% em 1998.

Citando como fonte o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Pochmann disse que 24% do total da Pea está desempregada. A reversão do quadro de desemprego crescente dependeria, para ele, do retorno de um crescimento econômico sustentado com a retomada de investimentos, desde que houvesse mudança da atual política econômica.